

ALIMENTAÇÃO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Interligação entre alimentação e alterações climáticas

Os sistemas alimentares enfrentam atualmente um triplo desafio: garantir a segurança alimentar e nutricional de uma população mundial em crescimento, assegurar as fontes de subsistência dos muitos milhões de pessoas que trabalham na cadeia alimentar (“do prado ao prato”) e garantir a sustentabilidade ambiental do sistema. Quando os modelos de produção agroalimentar são geridos de forma sustentável, podem contribuir para preservar e restaurar habitats fundamentais, ajudar a proteger bacias hidrográficas e melhorar a qualidade dos solos e da água, sendo uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável. Mas as práticas insustentáveis têm

grandes impactos no planeta – e consequentemente, na Humanidade.

Nas últimas décadas, temos assistido a uma degradação dos recursos naturais e da biodiversidade, com evidentes reflexos na segurança alimentar e nutricional. A erosão física e química dos solos e as alterações climáticas reduzem cada vez mais a água potável disponível, já escassa, ao mesmo tempo que aumenta a desertificação mundial, se reduzem as áreas piscícolas disponíveis e a área coberta por floresta. Cerca de 1/3 da terra arável está degradada e metade dos stocks piscícolas estão praticamente esgotados.

A insegurança alimentar tem aumentado em zonas afetadas por catástrofes, desastres naturais e eventos extremos (inundações, tempestades, secas prolongadas, pragas e doenças), potenciados pelas alterações climáticas, os quais têm um impacto cada vez maior nas práticas agrícolas e no desenvolvimento.

Independentemente de outros fatores de crise (como a pandemia e a guerra na Ucrânia), só as alterações climáticas podem empurrar mais de 100 milhões de pessoas para a pobreza extrema até 2030, aumentar a volatilidade dos preços de bens alimentares e fazer diminuir o rendimento das culturas entre 5 a 30% até 2050, contribuindo para a insegurança alimentar.

Por seu lado, a promoção da agricultura intensiva e industrial – justificada pela necessidade de alimentar uma população em crescimento – tem contribuído para o agravamento das condições ambientais e climáticas, com o impacto destrutivo de práticas de exploração intensiva (muito dependentes de combustíveis fósseis), utilização alargada (e por vezes abusiva) de fertilizantes, pesticidas e químicos, a desflorestação, a exportação para longas distâncias e a concentração da distribuição. O enfoque tem estado no aumento da produção agroalimentar e sua eficiência, sem o investimento adequado noutros caminhos possíveis para erradicação da fome no mundo.

Nas últimas décadas, em muitos países em desenvolvimento, incentivou-se a agricultura intensiva em larga escala e a implantação de empresas agroquímicas e agroindustriais, bem como a privatização do setor, sem consideração por outras vertentes essenciais no plano social e humano. Os impactos ambientais e sociais de muitas destas intervenções e investimentos raramente foram valorizados, e vão desde os efeitos das monoculturas nos solos e biodiversidade, até às consequências dos pesticidas sobre a saúde humana e o ambiente, ao deslocamento forçado de populações devido a questões de posse de terras e de perda dos meios de subsistência,

ou ao aumento da dependência e endividamento dos pequenos agricultores. Em suma, um modelo que não serve os objetivos de promover a soberania alimentar (uma vez que assenta em culturas de exportação) e que acaba por agravar a pobreza e as desigualdades (dado boa parte da população destes países trabalhar no setor agrícola).

O setor agroalimentar é atualmente o maior poluidor dos recursos hídricos potáveis e, no seu conjunto, é responsável por mais de 1/3 das emissões mundiais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) decorrentes da atividade humana, podendo vir a gerar, em 2050, 50% desses gases. É também responsável por quase 90% da desflorestação mundial, que por sua vez gera grandes emissões de GEE, contribuindo para o aquecimento global e para vastos impactos ambientais.

Estas emissões têm vindo a aumentar em todos os continentes desde 1990, com exceção da Europa, principalmente devido ao crescimento da produção agrícola para alimentação de animais e à pecuária intensiva. A carne e os laticínios são os produtos alimentares com maior pegada global de carbono, matérias-primas e água por quilograma. Estima-se que as 20 maiores empresas de produção de carne e laticínios emitam mais GEE que a Alemanha, o Reino Unido ou a França, recebendo apoios financeiros consideráveis para o fazer, por parte de governos e instituições financeiras.

À exploração insustentável dos recursos do planeta, junta-se o aumento contínuo da procura de alimentos, bens e serviços ligados ou provenientes da agricultura (incluindo colheitas, gado, florestas, pescas, etc.).

A necessidade de água e energia deverá continuar a aumentar significativamente até 2030, com a agricultura a ser responsável por boa parte do aumento da procura - e principalmente nos países em desenvolvimento.

Assim, as emissões ligadas ao setor agroalimentar têm aumentado não apenas pela utilização direta dos solos para produção agrícola, mas principalmente nos processos antes de depois da produção, ou seja, ao longo das cadeias de abastecimento. A isto junta-se o elevado desperdício alimentar, que contribui para as emissões e as alterações climáticas e para o desperdício dos recursos utilizados (terra, água, energia) – para além de salientar as contradições de um sistema em que se produz mais do que suficiente para alimentar o mundo, mas em que a fome tem aumentado.

Rumo à sustentabilidade?

Alimentar o mundo e combater simultaneamente as alterações climáticas depende de um esforço conjugado ao longo das cadeias agroalimentares – incluindo consumidores, agricultores, responsáveis das indústrias, investidores e financiadores, reguladores e decisores, de forma a impulsionar transformações sistêmicas.

Esses esforços devem dirigir-se, em primeiro lugar, à evolução para uma agricultura mais sustentável a todos os níveis. Isto implica, segundo a FAO/Nações Unidas, que os sistemas agroalimentares: promovam o aumento da produtividade, emprego e valor acrescentado nesses sistemas, implementando práticas mais eficientes; contribuam para a conservação, proteção e valorização dos recursos naturais; protejam e melhorem a subsistência dos meios rurais, a equidade e o bem-estar social; aumentem a resiliência das pessoas, comunidades e ecossistemas; e assentem em mecanismos de governação responsáveis, justos e

eficazes, que se adaptem aos novos desafios. Neste âmbito, destaca-se a agroecologia, por contribuir para todos os pilares da soberania alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade) e dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e económica).

Em segundo lugar, os esforços devem ir para além da produção agrícola, equacionando questões tão complexas como a necessidade de ajustamento para dietas alimentares mais saudáveis e equilibradas (nomeadamente pelo consumo de menos carne e de proteína animal diferente), as formas de reduzir o desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia, a gestão das florestas, a aplicação e partilha de novas tecnologias, ou a necessidade de aumentar a resiliência ao risco climático. Todas estas frentes de ação são importantes para romper o círculo de impactos negativos, e requerem a combinação da ação ao nível micro (local) com ações estruturantes de larga escala.

Em terceiro lugar, os financiamentos disponíveis devem contribuir para uma transição justa e ecológica, estando alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Apesar de um reforço da legislação europeia e das regras de transparência a nível internacional, continuam a existir evidências do envolvimento de instituições financeiras (incluindo bancos de desenvolvimento), de forma indireta, em investimentos com impacto potencialmente nocivo na desflorestação, na apropriação de terras ou na sustentabilidade dos sistemas alimentares locais, principalmente em países africanos. No mesmo sentido, os pacotes de estímulo à economia no quadro da resposta à pandemia parecem continuar a favorecer os interesses dos grandes produtores agroindustriais e a estar focados numa produção intensiva e insustentável.

Os apoios (financeiros, diplomáticos e outros) a ações ambientalmente insustentáveis devem ser reduzidos drasticamente, dirigindo-se, pelo contrário, à reconversão para atividades mais sustentáveis, ao incentivo a práticas agroecológicas e ao reforço da resiliência a choques, com base numa visão integrada dos territórios. No mundo, contrariamente à atual tendência de redução dos fundos públicos e privados para a agricultura de pequena escala e de base local, são necessários financiamentos estáveis e sustentados para empoderamento das comunidades, melhorar o acesso de pequenos produtores a cadeias de valor global, investir no desenvolvimento rural e fortalecer sistemas agroalimentares locais mais inclusivos e sustentáveis.



Por último, é preciso equacionar os impactos das políticas agrícolas dos blocos mais desenvolvidos – como os Estados Unidos e União Europeia – ao nível da sustentabilidade e da justiça climática, particularmente nos países mais pobres.

Nas últimas décadas, a Política Agrícola Comum (PAC) da UE tem privilegiado uma agricultura intensiva, industrializada e poluente; não tem estado alinhada com as outras políticas e instrumentos que promovem a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; nem tem sido inserida num programa de desenvolvimento rural mais abrangente e integrado.

Apesar da nova PAC incluir uma aproximação aos objetivos climáticos expressos no Pacto Ecológico Europeu, essas alterações não têm em conta os efeitos na insegurança alimentar ou no ambiente a nível global.

Por outro lado, a promoção de uma agricultura de excedentes na UE, com pagamentos diretos aos agricultores europeus para incentivar a sobreprodução e consequente exportação, tem contribuído para inundar vários países mais pobres com produtos agroalimentares de baixo preço que impedem o desenvolvimento da produção e mercados locais. Além disso, o Parlamento Europeu reconhece que a UE tem contribuído indiretamente para a desflorestação, na medida em que esta é impulsionada pelo crescimento da produção industrial de animais, soja e óleo de palma, incluindo os destinados ao mercado europeu.

É, assim, importante que exista uma consonância entre a PAC e a promoção de sistemas alimentares justos e sustentáveis, nomeadamente com instrumentos abrangentes como a Estratégia “Do Prado ao Prato” e a Estratégia da Biodiversidade 2030. A pandemia e a guerra na Ucrânia, contribuindo para a crise alimentar e motivando medidas de exceção por parte da Comissão Europeia – como a libertação de zonas de reserva agrícola ecológica para o cultivo de cereais, ou a flexibilização de regras de produção e importação –, não pode fazer esquecer a crise climática, nem representar uma flexibilização das regras de preservação do ambiente.



Autoria: Patrícia Magalhães Ferreira

Ilustração: Ana Filipa Olímpio_Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Paginação: Ana Filipa Olímpio_Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Edição: Instituto Marquês de Valle Flor.

Brief do projeto Our Food.Our Future, que advoga uma mudança sustentável e justa no sistema alimentar, implementado por uma coligação europeia de 23 organizações da sociedade civil.



Cofinanciado pela
União Europeia

